



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação Cível nº 0194349-7 (N.P.U. 0009732-81.2005.8.17.0001)**

**Apelante: Laertz Afonso Maia Filho e outros**

**Apelado: Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Pernambuco – DER/PE e outros**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**EMENTA:** PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS. PAGAMENTO FEITO ADMINISTRATIVAMENTE PELO DER/PE AOS AUTORES. RECIBO DE QUITAÇÃO PLENA, GERAL E IRREVOGÁVEL. DANO MORAL POR NEGATIVAÇÃO DO NOME DO AUTOR NOS ORÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO, AUSÊNCIA DE NEXO CAUSAL. RECURSO DO DER/PE PROVIDO. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Ergue-se dos autos que o DER/PE, no ano de 2002, empreendeu obra de revestimento asfáltico, no trecho entre os Municípios de Amaraji e Chã Grande, extraíndo areia da propriedade dos autores, para a construção da rodovia estadual PE-071. 2. No entanto, a referida obra resultou em prejuízos para os autores, tendo em vista o dano ambiental ocasionado na propriedade com o esvaziamento do açude e o fim do plantio de algumas culturas. 3. Visando reparar os danos na propriedade dos autores, o DER/PE realizou vistoria na área explorada e verificou que houve remoção não apenas da areia, mas também da camada vegetal, resultando na esterilização do solo. Ou seja, o impacto causado pela retirada da areia foi irreversível (Relatório de Vistoria nº 08/03 – fl. 46). 4. Verifica-se que não há controvérsia, no que se refere à existência do dano ocasionado na propriedade dos autores, em decorrência da remoção de terra pelo DER/PE. 5. Consta do caderno processual Laudo de Avaliação que fixa o valor da indenização em R\$ 51.709,16 (cinquenta e um mil, setecentos e nove reais e dezoito centavos), Termo de Aceitação e Recibo dos autores, dando plena, geral e irrevogável quitação por todos os



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

prejuízos causados em sua propriedade. 6. O valor pago pelo DER/PE – R\$ 72.035,96 (setenta e dois mil e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos) aos autores ultrapassa, e muito, o valor fixado no Laudo de Avaliação. 7. Apenas por amor ao debate, trago a lume trecho do Parecer emitido pelo Douto Promotor de Justiça Dr. Carlos Roberto Santos, *in verbis*: “Por outra banda, é de se considerar que o valor pago a título de indenização pelos danos causados R\$ 72.035,96 (setenta e dois mil, trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), foi até exorbitante. A propósito, observa-se dos documentos constantes dos autos, mais especificamente da escritura pública de compra e venda (fls. 29/30), que a propriedade toda, com área de 27 hectares, foi adquirida dois anos antes do início das obras pelo valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)”. 8. Considerando que a área explorada pelo DER/PE perfaz um total de 3,378 hectares, conforme dito pela parte autora e confirmada através dos Laudos, o valor pago a título de indenização corresponde a mais de quinze vezes o valor de aquisição do imóvel. 9. No caso dos danos morais sofridos pelo primeiro autor, em decorrência da negativação de seu nome, por terceiro estranho ao processo, nos órgãos de proteção ao crédito, não restou demonstrado o nexo causal entre o fato e o ato do DER/PE. 10. Recurso de apelação do DER/PE – Departamento de Estrada de Rodagem do Estado de Pernambuco provido, a fim de reformar integralmente a sentença monocrática proferida para julgar improcedentes os pedidos de indenização por danos ambientais contidos na inicial, nos termos da fundamentação. Recurso de apelação dos autores improvido. À Unanimidade.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação Cível nº 0194349-7, em que são partes as acima indicadas, acordam os Excelentíssimos Desembargadores que compõem a 1ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de Pernambuco, por unanimidade de votos, dar provimento ao recurso do DER/PE – Departamento de



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco e negar provimento ao recurso da parte autora, nos termos do voto do Relator, estando tudo de acordo com as notas Taquigráficas, votos e demais peças que passam a integrar este julgado.

Recife, 10/06/14.

  
**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**  
**Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação Cível nº 0194349-7 (N.P.U. 0009732-81.2005.8.17.0001)**

**Apelante: Laertz Afonso Maia Filho e outros**

**Apelado: Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Pernambuco – DER/PE e outros**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**RELATÓRIO**

Laertz Afonso Maia Filho e Ana Elizabeth F. Maia ingressaram em Juízo com **Ação de Indenização por Danos Ambientais c/c com obrigação de fazer** contra o DER/PE Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de Pernambuco, acompanhada dos documentos de fls. 28/59. Aduzem, em linhas gerais, que no ano de 2002 foi realizado pelo demandado, sem qualquer autorização dos autores e dos órgãos de meio ambiente, a extração de areia em suas terras, precisamente em duas áreas próximas ao açude e seu entorno, totalizando cerca de 3,378 hectares, para a construção da Rodovia Estadual PE-071.

Ocorre que foi retirada não apenas a terra, mas também a camada vegetal do solo, resultando em perda da lavoura então existente nas áreas da extração, além de transformar o açude, sua única fonte de renda, num extenso e vazio pedaço de terra.

Assim, diante dos fatos narrados, asseveram os autores que o ente estatal gerou um dano ambiental irreversível, tendo em vista que a atividade agrícola desempenhada dependia da irrigação efetuada por meio do açude, que perdeu sua capacidade de armazenamento de água no terreno.

Pugnam pela procedência da ação, para que seja determinada a recomposição da área degradada com a extração ilegal de terra; o ressarcimento dos prejuízos materiais e imateriais; bem como ao pagamento das custas e honorários advocatícios.

O Juiz singular prolatou sentença (fls. 112/1124), acolhendo a preliminar de falta de interesse processual dos autores quanto ao pedido de danos materiais, tendo em vista

*Ball*



195  
A

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

haver nos autos provas do pagamento, do DER para os autores, da referida indenização. No mérito, julgou parcialmente procedente os pedidos, a fim de condenar o DER a pagar a cada um dos autores, a título de indenização por danos causados ao meio ambiente, a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), acrescidos da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser paga ao primeiro autor, em razão do dano causado por negativação da sua imagem perante seus credores.

Condenou, ainda, o DER ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação, bem como nas custas processuais.

Irresignados, os autores apelam da decisão. Sustentam que embora tenham recebido o pagamento pelas plantações perdidas com a extração mineral indevida, o órgão apelado deixou de cumprir a obrigação legal de recomposição da área degradada, provocando prejuízo continuado sobre os demais cultivos existentes em sua propriedade, além de impedi-los de expandir seu agro-negócio, em virtude da falta de retenção de água pelo açude. No mérito, aduzem que o DER quitou apenas os valores referentes aos danos emergentes, restando em aberto, ainda, os valores a título de lucros cessantes. Por fim, pugnam pelo provimento do presente recurso, a fim de que seja julgado totalmente procedente o pedido contido na inicial, majorando, inclusive, o valor fixado a título de danos morais (fls. 126/138).

De igual modo, o DER/PE apela da sentença singular. Aduz, para tanto, que a pesar de os autores terem dado plena quitação, renunciando expressamente a quaisquer outros direitos, foi condenado pelo Juízo "*a quo*" a pagar R\$ 20.000,00 para cada um dos autores, a título de indenização por danos causados ao meio ambiente, e mais R\$ 10.000,00 para o primeiro autor, em razão da inclusão de seu nome, por terceiros, no cadastro de inadimplência. Assim, requer a reforma integral da sentença monocrática para que seja julgada totalmente improcedente a presente ação (fls. 141/149).

Contrarrazões do DER/PE e dos autores às fls. 151/155 e fls. 156/162, respectivamente.

O *Parquet* Estadual emitiu parecer, nos seguintes termos: "*(...) pelo provimento da Apelação interposta pelo DER, e consequentemente improvimento da outra apelação*

*GMA*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

*e do reexame necessário, a fim de que seja negada a pretensão de majoração e outras indenizações por danos morais ou materiais, posto que já paga indenização mais do que suficiente” (fls. 177/179).*

É o relatório. À revisão.

Recife, 05 de maio de 2014.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**Relator**

196  
A



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

210  
of

**1ª Câmara de Direito Público**

**Apelação Cível nº 0194349-7 (N.P.U. 0009732-81.2005.8.17.0001)**

**Apelante: Laertz Afonso Maia Filho e outros**

**Apelado: Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Pernambuco – DER/PE e outros**

**Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**VOTO**

A presente ação foi proposta por Laertz Afonso Maia Filho e Ana Elizabeth F. Maia contra o DER/PE – Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco, visando ao recebimento de uma indenização por danos ambientais e morais, diante dos danos causados em sua propriedade, eis que no ano de 2002 foi realizado pelo demandado, sem qualquer autorização dos autores e dos órgãos de meio ambiente, a extração de areia em suas terras, precisamente em duas áreas próximas ao açude e seu entorno, totalizando cerca de 3,378 hectares, para a construção da rodovia estadual PE-071.

Afirmam os autores, em suma, que na extração da areia foi retirada também a camada vegetal do solo, resultando na perda da lavoura então existente nas áreas da extração, e no esvaziamento do açude. Assim, diante dos fatos narrados, asseveram que o ente estatal gerou um dano ambiental irreversível, tendo em vista que a atividade agrícola desempenhada dependia da irrigação efetuada por meio do açude, que perdeu sua capacidade de armazenamento de água no terreno.

Em sua defesa, o DER/PE afirma que a condenação imposta na sentença acarreta enriquecimento ilícito dos autores, uma vez que eles já receberam a indenização ora pleiteada, no ano de 2003, no valor de R\$ 72.035,96 (setenta e dois mil e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos). Ademais, sustenta que a inscrição do primeiro autor no SERASA não possui nexo causal com sua conduta.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

gms  
dk

Pois bem. Ergue-se dos autos que o DER/PE, no ano de 2002, empreendeu obra de revestimento asfáltico, no trecho entre os Municípios de Amaraji e Chã Grande, extraindo areia da propriedade dos autores, para a construção da rodovia estadual PE-071.

No entanto, a referida obra resultou em prejuízos para os autores, tendo em vista o dano ambiental ocasionado na propriedade com o esvaziamento do açude e o fim do plantio de algumas culturas.

Visando reparar os danos na propriedade dos autores, o DER/PE realizou vistoria na área explorada e verificou que houve remoção não apenas da areia, mas também da camada vegetal, resultando na esterilização do solo. Ou seja, o impacto causado pela retirada da areia foi irreversível (Relatório de Vistoria nº 08/03 – fl. 46).

Deste modo, verifica-se que não há controvérsia, no que se refere à existência do dano ocasionado na propriedade dos autores, em decorrência da remoção de terra pelo DER/PE.

Todavia, verifica-se que a dúvida reside em saber se o valor recebido pelos autores, a título de indenização, abrange todos os prejuízos advindos da exploração do terreno de sua propriedade.

A propósito do assunto, o art. 927, parágrafo único, do CC de 2002, dispõe: *"Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem"*.

Analisando os autos, observo que em nenhum momento houve a negativa por parte do DER/PE de indenizar os autores pelos prejuízos. De reverso, consta do caderno processual Laudo de Avaliação que fixa o valor da indenização em R\$ 51.709,16 (cinquenta e um mil, setecentos e nove reais e dezoito centavos), Termo de Aceitação e Recibo dos autores, dando plena, geral e irrevogável quitação por todos os prejuízos causados em sua propriedade.

Apenas por amor ao debate, trago a lume trecho do Parecer emitido pelo Douto Promotor de Justiça Dr. Carlos Roberto Santos, *in verbis*: *"Por outra banda, é de se considerar que o valor pago a título de indenização pelos danos*

*Erik*





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

212  
d

*causados R\$ 72.035,96 (setenta e dois mil, trinta e cinco reais e noventa e seis centavos), foi até exorbitante. A propósito, observa-se dos documentos constantes dos autos, mais especificamente da escritura pública de compra e venda (fls. 29/30), que a propriedade toda, com área de 27 hectares, foi adquirida dois anos antes do início das obras pelo valor de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais)''.*

Assim, considerando que a área explorada pelo DER/PE perfaz um total de 3,378 hectares, conforme dito pela parte autora e confirmada através dos Laudos, o valor pago a título de indenização corresponde a mais de quinze vezes o valor de aquisição do imóvel.

Gize-se, ainda, que o valor pago pelo DER/PE – R\$ 72.035,96 (setenta e dois mil e trinta e cinco reais e noventa e seis centavos) aos autores ultrapassa, e muito, o valor fixado no Laudo de Avaliação. Pelo que, acompanho o Parecer do Douto Representante do Ministério Público no Segundo Grau, no sentido de entender que os autores já foram indenizados por todos os danos sofridos em sua propriedade, sejam eles de ordem moral ou material.

Há que se esclarecer, ainda, que, no caso dos danos morais sofridos pelo primeiro autor, em decorrência da negativação de seu nome, por terceiro estranho ao processo, nos órgãos de proteção ao crédito, não restou demonstrado o nexo causal entre o fato e o ato do DER/PE.

Deve-se sopesar que os valores pagos, há época, pelo DER/PE aos autores, representava uma quantia bastante vultuosa, quantia esta que poderia ser empregada de forma livre pelos os autores, e investidos em qualquer projeto sem que seu sucesso ou insucesso tivesse mais nenhum vínculo com o órgão estatal.

Pelas considerações acima expostas, **VOTO NO SENTIDO DE DAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO APRESENTADO PELO DER/PE – DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, a fim de reformar integralmente a sentença monocrática proferida para julgar improcedentes os pedidos de indenização por danos ambientais contidos na inicial,



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete do Desembargador Erik de Sousa Dantas Simões*

---

213  
d

nos termos da fundamentação e **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO DOS AUTORES.**

É como voto.

Recife, 10/04/14.

**Des. Erik de Sousa Dantas Simões**

**Relator**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DO DESEMBARGADOR

1ª Câmara de Direito Público

Reexame Necessário e Apelação Cível n.º 0194349-7

Juízo de Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública da Capital

Juiz de Direito: Dr. Edvaldo José Palmeira

Apelante: LAERTZ AFONSO MAIA FILHO E OUTROS

Advogada: Dra. Juliana Lopes de Oliveira

Apelado: DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO – DER/PE E OUTROS

Procurador: Dr. Antônio Figueiredo Guerra Beltrão

MP: Dr. Evandro Sérgio N. M. Melo

Relator: Des. Erik de Sousa Dantas Simões

REVISOR: DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS

**VOTO DE REVISÃO**

Trata-se de reexame necessário e apelação cível intentada contra os termos de sentença que julgou parcialmente procedente os pedidos contidos na exordial, condenando o DER a pagar a cada um dos autores, a título de indenização por danos causados ao meio ambiente, a importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), acrescido da importância de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser pago ao primeiro autor em razão de dano causado por negatificação de sua imagem perante os seus credores.

Incoformados, os autores interpuseram o presente apelo (fls.126/138), alegando, em suas razões recursais, que não obstante tenham recebido o pagamento pelas plantações perdidas com a extração mineral indevida, o réu, ora apelado, deixou de cumprir a obrigação legal de recomposição da área degradada, provocando prejuízo continuado sobre os demais cultivos existentes em sua propriedade. Afirmam, ainda, que o DER pagou apenas os valores referentes aos danos emergentes, restando devido os valores à título de lucros cessantes. Pugnam, ao final, pelo provimento do recurso, a fim de que seja julgado totalmente procedente o pedido, majorando o valor fixado à título de danos morais.

O DER também apelou, requerendo a reforma total da sentença, aduzindo, para tanto, que apesar dos autores terem dado plena quitação, renunciando expressamente a quaisquer outros

direitos, fora condenado a pagar indenização na forma estabelecida pelo juízo singular.

A Procuradoria de Justiça, em seu parecer de mérito consubstanciado às fls. 177/179, opinou pelo provimento do apelo interposto pelo DER, e pelo improvimento da remessa necessária, prejudicada à apelação intentada pelos demandantes, a fim de que seja negada a pretensão de majoração e outras indenizações por danos morais ou materiais, posto que já paga indenização mais do que suficiente.

Extrai-se do autos que o valor efetivamente pago aos autores, como bem destacou o representante do Ministério Público, ultrapassou, em muito, o valor fixado no laudo pericial, razão pela qual entende-se que os autores já foram indenizados pelos danos materiais e morais causados em sua propriedade.

Assim, tomando por empréstimo os argumentos apresentados pelo Eminent Relator, voto no sentido de:

**No Mérito:**

☒ (X) Dar provimento ao recurso de apelação interposto pelo DER/PE, afim de reformar integralmente a sentença, para julgar improcedentes os pedidos de indenização por danos ambientais contidos na exordial, e pelo improvimento do reexame necessário, prejudicado o apelo dos autores.

☐ () Não provimento.

☐ () Provimento parcial.

É como voto.

Recife, 10 / 06 / 2014.



DES. FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS  
REVISOR



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 27.05.2014

APELAÇÃO CÍVEL Nº 194349-7 – RECIFE

APELANTES : LAERTZ AFONSO MAIA FILHO E OUTROS  
APELADOS : DEPARTAMENTO DE ESTRADAS E RODAGENS DO  
ESTADO DE PERNAMBUCO - DER/PE E OUTROS  
RELATOR : DESEMBARGADOR ERIK SIMÕES  
REVISOR : DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA

RELATÓRIO NAS FOLHAS 194/196 DOS AUTOS.

DR. HENRIQUE MOURA (PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO)

Excelentíssimo Senhor Presidente, Excelentíssimo Senhor Desembargador, Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça, Senhores Serventuários de Justiça e Demais Presentes.

Trata-se, na origem, de ação de indenização por dano material e moral decorrente de extração de areia na área de objeto do imóvel dos autores.

Ocorre que, desde 2003, o DER pagou os danos sofridos pelos autores na quantia de R\$ 72.335, 96, pelos quais os autores deram, sim, quitação plena e geral, constando do teor do termo de quitação.

*“Por si, seus herdeiros e sucessores, a qualquer direito, inclusive a retrocessão para nada pedir por motivo desta indenização, isentando-os de quaisquer responsabilidades futuras perante terceiros”.*

Não obstante, os autores ingressaram, dois anos após, em 2005, com ação de indenização, pedindo de novo o que já tinha recebido da ação, os danos materiais e morais, e a esta ação veio a ser julgada procedente em parte. Em parte porque o juiz, de logo, afastou os danos materiais, já que estavam suficientemente indenizados. Não obstante criou uma obrigação ao DER, condenado a autarquia ao inusitado dano moral e ambiental.

Ou seja, o magistrado de 1º grau, simplesmente em relação a uma tese de dano moral e ambiental, que sabemos, um dano ambiental tem sua natureza coletiva, transindividual e de titularidade indeterminada, pois bem, a sentença conseguiu determinar o titular desse crédito que, na verdade, se existente, seria de toda coletividade. Mas condenou o DER a pagar dano moral e ambiental, a pagar vinte mil reais para cada autor e mais dez mil reais por suposto cadastro de inadimplência, também inexistente no caso, pois não há nexos de causalidade entre a ação da autarquia e essa suposta inscrição de cadastro de inadimplência.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

Quanto ao dano moral e ambiental, é manifesto o descabimento! Trago, então, do STJ, o RESp do Ministro Luiz Fux, 598281, de Minas Gerais. O Ministro não diz mais nada do que é sabido em todos os lugares, que, para configurar dano moral, precisa haver um dano de natureza personalizado. Não é o caso.

Destaco da ementa.

*"PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO AMBIENTAL. DANO MORAL COLETIVO. NECESSÁRIA VINCULAÇÃO DO DANO MORAL À NOÇÃO DE DOR, DE SOFRIMENTO PSÍQUICO, DE CARÁTER INDIVIDUAL. INCOMPATIBILIDADE COM A NOÇÃO DE TRANSINDIVIDUALIDADE (INDETERMINABILIDADE DO SUJEITO PASSIVO E INDIVISIBILIDADE DA OFENSA E DA REPARAÇÃO). RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO."*

Portanto, o STJ reconhece, não poderia deixar de ser, que não existe essa titularidade individualizada do suposto dano ambiental. O que pretendem, na verdade, os autores é o enriquecimento ilícito sem causa.

Por essas simples palavras, espera a autarquia a reforma da sentença julgando, na totalidade, improcedente o pedido dos autores. E também, desse improvimento à apelação dos autores que almejam a majoração da verba indenizatória.

Muito obrigado.

---

**DR. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE (PROCURADOR DE JUSTIÇA)**

Senhor Presidente, é apenas para ratificar a posição já referida pelo Dr. Erik, quando do parecer do Doutor Evandro, que ora é Desembargador desta Casa. O então Promotor de Justiça convocado opinava pelo provimento da apelação do DER e igualmente pelo desprovimento da apelação voluntária do casal que tinha firmado o contrato com o DER.

E dizia o então Promotor de Justiça de que não havia nenhum dano moral a ser indenizado por duas razões. Não poderia ser o dano voltado àquelas pessoas porque, como disse o Dr. Henrique Lucena, é um dano difuso. E, portanto, se dano de degradação ambiental houve, essa eventual indenização deveria ir para o fundo de direito difuso, de reconstituição do bem degradado que, no estado de Pernambuco, deveria ser depositado a crédito do fundo estadual do meio ambiente. Então, no caso específico, ambos os pedidos dos apelantes, Laertes Afonso Maria e Ana Elizabeth Maia, não procedem.

Nesse sentido, também registro a posição do então Promotor de Justiça que oficiou no feito e que também é referido pelo Desembargador, que é Doutor Carlos Roberto, que já tinha se pronunciado pela improcedência desses dois



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

pedidos, porque, ao entender dele, o valor de setenta e dois mil reais já remuneravam suficientemente bem os danos causados.

A propriedade, conforme escritura pública anexada aos autos, ela valia tão somente à época do dano em torno de quatro mil e quinhentos reais, portanto setenta e dois mil reais remuneravam mais do que algumas vezes o valor do imóvel declarado pelos próprios apelantes.

Então, nesse sentido, o Ministério Público, fazendo certo que o dano ambiental e moral inexistiu nos autos e, se existisse, pela degradação, ele deveria ser carregado ao fundo estadual do meio ambiente, opina pelo provimento da apelação interposta pelo DER para afastar o pedido de danos morais e de danos ambientais.

É assim que me pronuncio, Senhor Presidente.

---

VOTO DO RELATOR NAS FOLHAS 210/213 DOS AUTOS.

---

VOTO DO REVISOR NAS FOLHAS 214/215 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA (PRESIDENTE E REVISOR)

O voto de Revisão está no mesmo sentido, dando provimento à apelação interposta pelo DER a fim de reformar integralmente a sentença e julgar improcedentes os pedidos de indenização por danos ambientais contidos na exordial e dando provimento ao reexame necessário, prejudicado o apelo dos autos. Eu voto no mesmo sentido. Em discussão. Colho voto.

---

DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO

Eu voto com a Turma.

---

DECISÃO:

"POR UNANIMIDADE, FOI DADO PROVIMENTO AO APELO DO DER/PE, REFORMANDO-SE INTEGRALMENTE A SENTENÇA MONOCRÁTICA PROFERIDA PARA JULGAR IMPROCEDENTES OS PEDIDOS DE INDENIZAÇÃO POR DANOS AMBIENTAIS CONTIDOS NA INICIAL, PREJUDICADO O RECURSO DOS AUTORES, NOS TERMOS DO VOTO DA TURMA". PRONUNCIAMENTOS DO DR. HENRIQUE MOURA, PROCURADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO E DO PROCURADOR DE JUSTIÇA, DR. FRANCISCO SALES DE ALBUQUERQUE.

---